

JURIS

**REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO
FADIR**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Reitora

Cleuza Maria Sobral Dias

Vice-Reitor

Daniilo Giroldo

Chefe do Gabinete do Reitor

Aline Goulart da Costa

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Lucia de Fátima Socoowski de Anello

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Mozart Tavares Martins Filho

Pró-Reitor de Infra-Estrutura

Marcos Antonio Satte de Amarante

Pró-Reitora de Graduação

Denise Maria Varella Martinez

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Ednei Gilberto Primel

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Vilmar Alves Pereira

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Maria Rozana Rodrigues de Almeida

EDITORA DA FURG

Coordenador

João Raimundo Balansin

Divisão de Editoração

Cleusa Maria Lucas de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Lucia de Fátima Socoowski de Anello

Anderson Orestes Lobato

Denise Maria Varella Martinez

Ednei Gilberto Primel

João Raimundo Balansin

Luiz Antonio de Almeida Pinto

Luiz Eduardo Maia Nery

Marcio André Leal Bauer

Editora da FURG

editfurg@mikrus.com.br

www.vetorialnet.com.br/~editfurg/

Campus Carreiros – FURG – Rio Grande/RS

CEP 96203-900 – Rio Grande – RS

JURIS

**REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO
FADIR**

CONSELHO CONSULTIVO

Adélie Pomade, França

Alexandre Morais da Rosa, Brasil

Alfredo Alejandro Gugliano, Brasil

Ana Patricia Noguera Echeverri, Colombia

Eder Dion de Paula Costa, Brasil

Edison Donizete Machado, Brasil

Eliane Moreira, Brasil

Everton das Neves Gonçalves, Brasil

Fabiane Simioni, Brasil

Felix Adolfo Lamas, Argentina

Fernando Araújo, Portugal

Francisco Quintanilha Verás Neto, Brasil

Gabriel Divan, Brasil

José Alcebíades de Oliveira Júnior, Brasil

José Rubens Morato Leite, Brasil

Júlio Lanane, Argentina

Maíra Baungarten, Brasil

Marco Aurélio Serau Júnior, Brasil

Maria de Fátima Prado Gautério, Brasil

Marion Bary, França

Paulo Opuszka, Brasil

Philippe Pierre, França

Raquel Sparemberger, Brasil

Rogério Dutra, Brasil

Salah Hassan Khaled Júnior, Brasil

Saulo Rodrigues, Brasil

Teodoro Irigaray, Brasil

Comitê Editorial:

Carlos André Birnfeld;

Maria Claudia Crespo Brauner

Editor:

Anderson O. C. Lobato

PERIODICIDADE SEMESTRAL

SOLICITA-SE INTERCÂMBIO

Endereço para correspondência ou envio de artigos:

Faculdade de Direito

Corpo Editorial da JURIS

Campus Carreiros – FURG – Rio Grande/RS

CEP 96203-900 – Rio Grande – RS

Integrante do PIDL

Editora Associada à
ABEU
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE UNIVERSIDADES



EDUNI-SUL
ASSOCIAÇÃO DAS
UNIVERSIDADES DO SUL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
FACULDADE DE DIREITO
FADIR

JURIS

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO



ISSN 1413-3571
E- ISSN 2447-3855

<i>JURIS</i>	Rio Grande	v. 24	p. 1-290	2015
---------------------	------------	-------	----------	------

Direitos reservados desta edição: Editora da FURG

2015

Formatação e diagramação: João Balansin
Gilmar Torchelsen

Revisão: Carlos André Birnfeld

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Me. Marcia Rodrigues,
CRB 10/1411

J95 Juris / Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande. - Vol. 24 (Jul./Dez. 2015) - Rio Grande: Ed. da FURG, 1982- .
v. ; 22 cm.

Semestral.

Anual: 1982-2011.

Subtítulo varia: Revista da Faculdade de Direito; Revista do Departamento de Ciências Jurídicas.

Continuação de: Revista do Departamento de Ciências Jurídicas.

Iniciado com o vol. 4, no. 1 (1982/1985).

Publicado também como revista eletrônica.

ISSN 1413-3571

1. Direito. I. Universidade Federal do Rio Grande.
Faculdade de Direito.

CDU, 2ª ed.: 34

Índice para o catálogo sistemático:

1. Direito

34

APRESENTAÇÃO

Apresentamos mais um número de nossa Revista JURIS, contendo uma série de artigos que propõe a reflexão sobre diversas temáticas de interesse da comunidade acadêmica, especialmente no que respeita às políticas públicas de seguridade social e do meio ambiente.

No artigo denominado “O agravamento do processo de feminilização da pobreza a partir das atuais propostas de Reforma do Regime Geral de Previdência Social no Brasil”, Aline Fagundes dos Santos Sidimara Cristina de Souza, analisam a questão da feminização da pobreza, sob o ponto de vista do trabalho e na pauta das reformas previdenciárias que intentam igualar o critério da idade mínima para as aposentadorias de homens e mulheres.

No artigo “A inconstitucionalidade da (DRU) sob a luz do inciso XI do artigo 167 da Constituição Social e a falsa ideia do déficit previdenciário”, a autora Karen Costa Braga analisa a denominada DRU (Desvinculação das Receitas da União) e sua possível inconstitucionalidade.

No artigo “O déficit da previdência social e os reflexos do pensamento neoconservador nos direitos previdenciários no Brasil, México e Chile, Juliana Toralles dos Santos Braga e José Ricardo Caetano Costa demonstram a influência do neoliberalismo nas reformas do sistema previdenciário destes três países.

No artigo de Joice Rocha Ferreira e Paulo Ricardo Opuska, denominado “O equilíbrio atuarial do Regime Geral de Previdência Social (RGPS): uma análise dos benefícios concedidos nos últimos cinco anos no município de Rio

Grande”, os autores realizam um estudo de caso, no referido município do Rio Grande do Sul, buscando caracterizar o perfil dos benefícios previdenciários concedidos no quinquênio considerado.

No artigo “A perspectiva da concessão do benefício de pensão por morte para o menor sob guarda”, os autores Bregolin Bertuzzo e Claudete Rodrigues Teixeira Gravinis investigam as possibilidades da concessão do benefício da pensão por morte ao menor sob guarda judicial, diante do limite imposto pela Lei nº 1523, convertida na Lei 9.528/1997.

No artigo “A perversão do Pritaneu: ódio subjetificado n@s percipientes de programas de renda (Apontamentos de uma cultura de ódio, I), os autores Lizandro Mello e Eder Dion de Paula Costa, buscam constatar a visão preconceituosa por vezes existente em relação aos usuários que recebem auxílios governamentais, dos programas de transferência de renda.

No artigo “O Direito sócio-ambiental ao Bem Viver no Contexto do Constitucionalismo Latino-Americano: caminhos para o redimensionamento da ideia de dignidade e para a proteção da vida em geral”, de Saulo Tarso Rodrigues e Eveline de Magalhães Werner Rodrigues, os autores investigam o constitucionalismo latino-americano, especialmente na Bolívia e Equador, apontando pela possibilidade da abertura material da Constituição brasileira na recepção destas experiências latino-americanas.

No artigo “Justiça Social: o benefício de assistencial de prestação continuada (BPC) no Estado brasileiro e a sua fundamentação em Uma Teoria de Justiça de John Rawls”, Andréia Castro Dias Moreira e Marco Aurélio Serau Jr. examinam os direitos sociais assistenciais no Brasil na perspectiva trazida pelo jusfilósofo norte-americano John Rawls, especialmente em sua Teoria da Justiça.

No artigo “As Políticas Públicas de transferência direta de renda na América Latina: uma análise de política comparada”, de Hemerson Luiz Pase e Claudio Corbo, os

autores realizam uma análise comparativa das políticas públicas que enfrentam o problema social da pobreza em seis países da América Latina: México, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Argentina.

Uma ótima leitura a todos.

Anderson O. C. Lobato
Editor

SUMÁRIO

Apresentação	5
Editor	
O agravamento do processo de feminilização da pobreza a partir das atuais propostas de reforma do Regime Geral de Previdência Social no Brasil, por Aline Fagundes dos Santos e Sidimara Cristina de Souza	11
A inconstitucionalidade da (DRU) sob a luz do inciso XI do artigo 167 da Constituição Social e a falsa ideia do <i>déficit</i> previdenciário, por Karen Costa Braga	39
O déficit da Previdência Social e os reflexos do pensamento neoconservador nos direitos previdenciários no Brasil, México e Chile, por Juliana Toralles dos Santos Braga; José Ricardo Caetano Costa	63
O equilíbrio atuarial do Regime Geral de Previdência Social (rgps): uma análise dos benefícios concedidos nos últimos cinco anos no município de Rio Grande, por Joice Rocha Ferreira e Paulo Ricardo Opuska	91
A perspectiva da concessão do benefício de pensão por morte para o menor sob guarda, por Bregolin Bertuzzo; Claudete Rodrigues Teixeira Gravinis	131

A perversão do Pritaneu: ódio subjetificado n@s percipientes de programas de renda (apontamentos de uma cultura de ódio, I), por Lizandro Mello; Eder Dion de Paula Costa	189
O direito socio-ambiental ao bem viver no contexto do constitucionalismo latino-americano: caminhos para o redimensionamento da ideia de dignidade e para a proteção da vida em geral, por Saulo Tarso Rodrigues; Eveline de Magalhães Werner Rodrigues	209
Justiça Social: o benefício de assistencial de prestação continuada (BPC) no Estado brasileiro e a sua fundamentação em Uma Teoria de Justiça de John Rawls, por Andréia Castro Dias Moreira; Marco Aurélio Serau Jr	231
As Políticas Públicas de transferência direta de renda na América Latina: uma análise de política comparada, por Hemerson Luiz Pase; Claudio Corbo	265